



Comunicação e Políticas Culturais de Juventude: Estratégias para a Criação de Políticas Culturais da Diferença na Amazônia.¹

Fabício Santos de Mattos²

Universidade Estadual do Ceará

Resumo

O presente artigo discute questões relacionadas com a comunicação e a cultura no contexto das políticas culturais, tendo como foco as questões das juventudes contemporâneas. Trata-se aqui de discutir as problemáticas relacionadas às políticas culturais no Estado do Pará, assim como chamar a atenção para a juventude com um *locus* privilegiado dentro de tais políticas. A comunicação, além de ser mediadora de relações de poder, exerce seus poderes específicos, atuando entre o poder público e as demais esferas sociais, como força motriz de um mecanismo de democracia cultural e de estímulo das diferenças sociais, atuando nas esferas de produção, circularidade, consumo e distribuição de bens simbólicos e práticas culturais.

Palavras-chave:

Políticas culturais; comunicação; juventudes; Amazônia; democracia cultural.

Introdução:

Iniciarei este complexo debate sobre as relações contemporâneas entre cultura, comunicação, juventudes, políticas culturais e democracia cultural, delimitando alguns marcos teóricos que servirão de fundamento neste artigo.

A cultura tem sido percebida como um campo estratégico de relações de poder, e é nesse âmbito que se situam as principais disputas discursivas contemporâneas. Essas disputas são permeadas pelas crescentes intervenções dos poderes públicos e pelas novas dinâmicas comunicacionais, que proporcionam uma maior fluidez nas trocas simbólicas (BOURDIEU, 1998) e contribuem significativamente para a produção, recriação e disseminação de declarações identitárias, promovendo também um jogo de ocultamento e aparecimento de minorias e lutas sociais concretas as mais diversas. Aqui

¹ Trabalho apresentado ao GT – Teorias da Comunicação, do Inovcom, evento componente do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

² Graduado em jornalismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestrando do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade (MAPPS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas de Cultura e de Comunicação da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: fsdemattos@yahoo.com.br



se define uma sociedade ambientada e estruturada pelos meios de comunicação de massa, ou, se preferir, uma “Idade Mídia” (RUBIM, 2000).

Ao falar de cultura, compreendo este conceito não como uma simples e sucessão de “eventos culturais”, ou de práticas delimitadas como “culturais”, mas como um processo social de organização simbólica da vida, permeado por relações de poder. Esta concepção de cultura remete a uma posição ampliada e de viés antropológico, que segundo BOTELHO,

“levada às últimas conseqüências, tem em vista a formação global do indivíduo, a valorização de seus modos de viver, pensar e fruir, de suas manifestações simbólicas e materiais, e que busca, ao mesmo tempo, ampliar seu repertório de informação cultural, enriquecendo e alargando sua capacidade de agir sobre o mundo. O essencial é a qualidade de vida e a cidadania, tendo a população como foco” (BOTELHO, 2007; p. 110).

A partir desse pressuposto, a política³ cultural deve ser pensada para além de visões que tentam reduzi-la a políticas de controle social de governos⁴, ou a aparatos burocráticos de reprodução social, pois seus significados e intervenções sociais não se esgotam nessas práticas. É necessário pensar a política cultural também como uma dimensão criativa de intervenção, onde a política pública tem um papel fundamental na produção, circulação, legitimação, distribuição e formação de significados simbólicos. Nesse sentido, a política cultural pode ser pensada como uma área estratégica, que envolve

“o confronto de idéias, lutas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos. Sendo essas políticas criativas e propositivas, ao produzirem discursos, e detentoras de poder simbólico atuante no campo cultural” (MACGUIGAN 1996, *apud* BARBALHO, 2007, p. 39).

Porém, mais do que analisar apenas a questão das políticas culturais de maneira ampla, pretendo delimitar esta análise a partir das questões das “novas políticas

³ Em relação ao termo “política” é necessário fazer algumas considerações. Existe uma distinção de sentidos em relação à política, que no idioma inglês, aparece sob a forma de duas palavras: *Policy* e *Politics*. Tal distinção não existe nem no português, nem no espanhol. A primeira (*Policy*) diz respeito à ação pública no “sentido programático da ação governamental” (Bolán, 2006, p. 59), e onde atuam as políticas públicas de cultura, enquanto a segunda (*Politics*) “tem a ver com a política como luta pelo poder” (Ibidem).

⁴ Não estou, com esse recorte, negando os usos funcionalistas que podem ser feitos da política cultural. Sobre esses usos falarei mais adiante. A questão que se coloca aqui tem como pressuposto a tentativa de ir além desta perspectiva, ressaltando as potencialidades que possuem as interseções entre políticas públicas, cultura e comunicação.



culturais da diferença” (BARBALHO, 2005). As principais características dessas políticas culturais seriam:

“quebra da homogeneidade em benefício da multiplicidade e da heterogeneidade e a rejeição dos valores abstratos e universais em nome do específico, do concreto, do particular. Uma nova política cultural da diferença que historiciza, contextualiza, multiplica, orientada por valores contingentes, variáveis, provisórios, enfim, processuais” (BARBALHO, 2005, p. 2).

Para pensar a juventude e suas características sociais, é necessário adotar uma perspectiva não-abstrata ou essencialista, reconhecendo a concepção das juventudes enquanto uma construção social, não baseada apenas em características biológicas, mas também se constituindo como uma minoria. Segundo BARBALHO (2005), interessa compreender os jovens como minoria, ou um devir-minoritário, seguindo a discussão de GUATTARI, ou seja,

“a possibilidade (ou não) de um processo se singularizar diante das estratificações dominantes de uma sociedade; é a capacidade de subjetivação de uma minoria que escapa à individualização em série do capital. A questão das minorias, por essa via de análise, é a da multiplicidade, da pluralidade; a de constituição enquanto movimentos processuais e transversais aos estratos sociais” (BARBALHO, 2005, P. 03)

Ainda segundo o autor, analisar as ações juvenis como “potências minoritárias” é entendê-las como linhas de fuga “em uma sociedade modelada pelos valores daquilo que se estabelece como ‘adulto’, ‘maduro’ – em especial se esse devir se comunga com outros como o negro, o feminino, o homossexual, além de questões de classe” (BARBALHO, 2005, p. 3)

As políticas culturais da diferença se referem à (re)formulação de políticas (*policy*) que possam dar visibilidade às políticas da diferença, às políticas (*politics*) das minorias, ou seja, a um conjunto de processos de intervenção social e de disputa de poder muito mais experimentados, vivenciados, do que baseados em pressupostos ou valores universais (tradicionalmente os valores de igualdade e liberdade). Este último recorte é necessário para situar como as políticas das minorias, atuam na política sob os dois pressupostos, de liberdade e de igualdade, segundo BARBALHO, ao recorrer à conceitualização de GIDDENS:

“poderíamos dizer que tais movimentos reúnem, com freqüência, elementos da política emancipatória, em sua luta para minimizar ou eliminar a



exploração e a desigualdade, e da política-vida, na busca de afirmar a liberdade de escolha e um estilo de vida” (BARBALHO, 2005, p.30)

Além disso, é importante compreender o que os Estados e as esferas institucionais descrevem como condição juvenil para a elaboração de políticas públicas. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) são cinco “elementos cruciais para a definição da condição juvenil em termos ideais-objetivo maior de políticas” (UNESCO, 2004, p. 26). São eles:

“i) a obtenção da condição adulta, como uma meta; ii) a emancipação e a autonomia, como trajetória; iii) a construção de uma identidade própria, como questão central; iv) as relações entre gerações, como um marco básico para atingir tais propósitos; e v) as relações entre jovens para modelar identidades, ou seja, a interação entre pares como processo de socialização” (UNESCO, 2004, p. 26)

A partir dessa idéia de juventudes, como minoria, com um devir e condições próprias, que um plano de ação de políticas culturais deve ser elaborado, levando em consideração as especificidades destes atores sociais diversos, contraditórios, conflituosos, múltiplos e complexos, que fogem às formas tradicionais de conceber o exercício da cidadania.

Situando a experiência das juventudes: comunicação e cultura

Como foi dito, a cultura contemporânea é marcada pelas dinâmicas midiáticas e pelo aparecimento das chamadas minorias. BARBALHO demonstra esse movimento:

“A partir dos anos 50, e de modo crescente, novos movimentos sociais ocupam espaços importantes e colocam outras questões, ao lado das reivindicações político-econômicas. São as minorias. (sexuais, religiosas, étnicas etc.) que implodem o cenário social com suas bandeiras político-culturais, exigindo do Estado não só o seguro-desemprego, assistência social e serviços públicos, mas também o reconhecimento de suas diferenças de suas singularidades, de suas identidades.

Essas políticas da diferença exigem novas políticas de cultura e põem em xeque o funcionamento dos Estados, seja qual for sua orientação política.” (BARBALHO, 2005, p. 30).

Dentre essas minorias e lutas sociais, os jovens destacam-se por viver a experiência contemporânea de hibridização das culturas (CANCLINI, 1994) tanto como modelo de estética e público-alvo prioritário das campanhas midiáticas (PRYSTHON, 2005), quanto pelas formas de consumo e apropriação da cultura, dando visibilidade a



novas dinâmicas de intervenções políticas e culturais. Trata-se aqui de uma política fundada na vivência, em práticas de ritualização do ser em comum permeadas pela cultura, pela mídia e pelo consumo, visto a partir de uma perspectiva produtiva para a formação das culturas identitárias contemporâneas (CANCLINI, 2006).

É principalmente no campo da cultura (mobilizadora, instigante, criativa) que os jovens mais demonstram suas ações, suas intenções e suas atuações na sociedade contemporânea. São atores sociais que se apropriam das características da cultura para fazer com que suas vozes sejam ouvidas. Os jovens exercem inúmeras formas de contestação, elaboradas e reapropriadas por eles. Do *Hip Hop* ao *Manguebeat*; da Tropicália ao *Funk*; do carimbó ao *Reggae*; das Tvs educativas às rádios comunitárias.

Ao mesmo tempo, os jovens aparecem no cenário social brasileiro como um segmento social que enfrenta diversas vulnerabilidades, assim como atores estratégicos para uma política pública que vise o desenvolvimento social. Nesse sentido, a UNESCO identifica a juventude como um dos principais *locus* para as políticas públicas:

“Nos tempos atuais, os jovens têm se destacado como uma população vulnerável em várias dimensões, figurando com relevo nas estatísticas de violências, gravidez não-desejada, falta de acesso a uma escola de qualidade e carências de bens culturais, lazer e esporte. Este quadro desperta preocupações, na medida em que os jovens, além de uma promessa de futuro para o País, constituem uma geração com necessidades no presente”. (UNESCO, 2004, p.15)

No estado do Pará, o Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ⁵) é um dos mais baixos do Brasil, situando o estado entre os dez piores do país. Apesar disso, constata-se, na atuação dos governos, a formulação de políticas públicas tangenciais e assistencialistas voltadas para a juventude, ou mesmo a ausência dessas políticas públicas, numa histórica negligência dos governos em relação a esses atores sociais.

Para construir políticas públicas de cultura que visem o desenvolvimento social e a democracia, é preciso levar em consideração a experiência da juventude, reconhecendo-a em sua transversalidade, compreendendo suas especificidades, seus modos de vida e suas necessidades. Sendo a construção dessas políticas também uma forma de intervenção nas relações sociais que permeiam a cultura, é preciso compreender também o complexo tabuleiro social e identitário que compõe a Amazônia

⁵ O Índice de Desenvolvimento Juvenil ofereceu um panorama para a análise e avaliação de áreas estratégicas para a concepção de políticas públicas para as juventudes. O IDJ está organizado sobre três fundamentos: educação, saúde e renda. Ver anexo ao final do texto.



contemporânea, situando o papel das políticas culturais e das juventudes nessa rede de relações de poder.

Políticas Culturais na região Amazônica: questões sobre identidades e diferenças

Na Amazônia contemporânea, pode-se dizer que o espaço simbólico/discursivo é permeado por um fenômeno social que conflui a ação da mídia (local e, recentemente, nacional) e as formulações e execuções de políticas públicas⁶, num movimento retro-alimentado de formulação identitária.

Constituído desde as últimas décadas do século XX, esse fenômeno social é o que Castro (2006) denomina de “Moderna Tradição Amazônica”:

“A moderna tradição amazônica, compreendida como um fenômeno de vitalismo social e como um tecido intersubjetivo de negociação de sentidos, surge nesse cenário, enquanto processo intelectual de referenciação de uma ‘identidade’ amazônica. Essa moderna tradição amazônica constitui uma representação social coerente e disseminada, hoje, pelo espaço amazônico. Ela manifesta-se, centralmente no campo artístico-intelectual da cidade, constituindo uma representação reificada de o que seria uma “identidade” amazônica. No entanto, pode-se ver como, progressivamente, ela vai ganhando espaço na mídia, sendo também incorporada pelo discurso político e, dessa maneira, vai se tornando assimilável, por uma vasta parcela do conjunto social”. (CASTRO, 2005, p. 7)

Aqui se demonstra como a cultura contemporânea, perpassada pela comunicação de massa, também pode ajudar a criar e perpetuar significados (e, porque não dizer, culturas identitárias⁷), devido à potencialização de sua característica de circularidade social.

A “identidade” amazônica, conhecida pelos termos de exaltação de um modo de ser “amazônida”, foi muito estimulada através de políticas de cultura e de comunicação, pela intervenção da mídia local, e pelos integrantes da *intelligentzia*⁸ amazônica. Esse estímulo pode ser identificado como um processo de criação de consenso e hegemonia, em que as elites locais, nacionais e internacionais reafirmavam os significados simbólicos pertinentes a essa “identidade”, como dinâmica de manutenção de poder.

⁶ Principalmente no âmbito da cultura, da comunicação e do turismo, como áreas historicamente privilegiadas para a propagação desta “identidade amazônica”.

⁷ AGIER (2001, p. 10)

⁸ Segundo MANNHEIM (1999), a *intelligentzia* é “um grupo social cuja tarefa específica consiste em dotar uma dada sociedade de uma interpretação de mundo” (MANNHEIM, 1999, pg. 19, apud CASTRO, 2006, pg. 7)



A proposta de coerência identitária chamada de “Moderna Tradição Amazônica” acarretou historicamente em graves conseqüências para as disputas político-culturais na região Amazônica, podendo-se afirmar que essa dinâmica social gerou um distanciamento, silenciamento e ocultamento⁹, dos vários processos de reivindicações identitárias que se insurgiram recentemente na Amazônia e não se reconhecem, assim como não estão reconhecidos nessa “identidade”. CASTRO (2006) cita algumas dessas minorias que não faziam parte da coerência identitária (e do mito de Amazônia) proposta pelos poderes instituídos nessa sociedade. A elas dá o nome de “identidades emergentes”:

“‘Novos índios’, remanescentes de quilombos, coletores dispersos na floresta, movimentos sociais e culturais organizados nas grandes cidades da região seriam índices de um amplo processo de reorganização das referências e das perspectivas identitárias” (CASTRO 2006a, p.1).

Ora, se a cultura é compreendida contemporaneamente como uma arena de disputa entre as práticas sociais hegemônicas e contra-hegemônicas, cabe aqui relembra a questão de SANTOS (1993) a respeito do caráter de político das declarações identitárias: “(...) quem pergunta por sua identidade questiona (...) valores hegemônicos. (...) é crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados”. (SANTOS 1993, p. 31-32)

Estrategicamente, esta proposta de coerência identitária amazônica significou uma histórica negligência em relação à cultura como forma de visibilidade social e afirmação da diferença. Segundo CASTRO (2006)

“Intelectuais, artistas e tecidos mediáticos amazônicos parecem ignorar os processos em curso de reelaboração, de reorganização, das identidades locais. Conclui-se que as dinâmicas que movem os processos sociais em questão não compõem com os interesses tradicionais das elites intelectuais locais, as quais, aparentemente, reproduzem os mecanismos de representação e de simbolização presentes no influxo colonizador, principal organizador da ocupação da região pelo europeus e brasileiro” (CASTRO, 2006a, p.7)

Trata-se aqui da negação da experiência social amazônica, de uma cultura demarcada pela exclusão e pela violência (simbólica e social), ou seja, pelo “padrão de poder fundado na experiência colonial” (CASTRO, 2006a, p.11).

⁹ Principalmente por parte da mídia e dos poderes públicos atrelados às elites históricas locais e ao capital internacional, que percebe a região como grande fonte de recursos minerais e biológicos.



Mudanças recentes: um novo mosaico de identidades

No campo das políticas públicas de cultura, atualmente este complexo mosaico de identidades vem se reorganizando. Com a recente mudança de governo no Estado do Pará (assumido agora pelo Partido dos Trabalhadores - PT), começa a se desenvolver um modelo de gestão pretendida como democrática, baseada no diálogo com os agentes culturais e em intervenções concebidas a partir de suas demandas.

Analisando o quadro que se instala desde a I Conferência Estadual de Cultura, realizada em julho de 2007, percebe-se (por ações em fase de implementação e pelos discursos veiculados pelo novo governo) uma preocupação, por parte do governo, de contemplar as diversas identidades presentes na Amazônia contemporânea, silenciadas ao longo dos últimos anos.

De fato, pude constatar nas propostas culturais apresentadas na Conferência, que foram apresentadas demandas culturais das mais diversas minorias presentes: mulheres, negros, índios, homossexuais etc. No entanto, os jovens continuam sendo percebidos apenas como uma categoria que perpassa os diferentes segmentos contemplados pelas políticas culturais.

O modelo de participação democrática está entrando em funcionamento no estado, mas a instância juvenil ainda não foi contemplada especificamente com nenhuma diretriz cultural. Mesmo com propostas inovadoras na área cultural, os atuais gestores do governo do estado do Pará e os movimentos sociais, que lidam com a cultura como forma de mobilização da juventude, parecem ainda não ter atentado para a importância de uma política cultural específica para a juventude¹⁰. Assim, uma questão apresenta-se ainda em suspenso: como um governo, proposto como democrático e popular, deveria atuar no âmbito das políticas públicas de cultura para a juventude, levando em consideração as identidades e as diferenças que compõe esse segmento da sociedade?¹¹

¹⁰ Observei que na I Conferência Estadual de Cultura houve apelos de setores da juventude para a elaboração de políticas culturais próprias. Representantes da juventude exigiram, em plenária, que sejam desenvolvidas políticas culturais específicas para eles, pois se reconhecem como atores sociais diferenciados.

Além disso, a relação entre comunicação e cultura era recorrentemente debatida entre os setores de juventude presentes na I Conferência Estadual de Cultura, devido principalmente ao grande número de jovens que atuam nas rádios comunitárias no estado do Pará.

¹¹ Estou acompanhando esta problemática através da observação dos processos que estão se desenvolvendo na nova gestão do Governo do Estado do Pará. Entre eles, posso citar dois acontecimentos relevantes: a realização da I Conferência Estadual de Juventude, que aconteceu no dia 29 de março de 2008, e a implantação da Secretaria de Comunicação do Estado do Pará. Tanto o evento quanto os projetos relacionados à Secom serão temas de análises posteriores.



Política, cultura e minorias: repensando o papel da comunicação

Ao analisar as políticas culturais na região amazônica, pode-se perceber a complexidade das relações entre Estado e cultura na contemporaneidade. Para responder a pergunta feita no tópico anterior, deve-se pensar a questão das políticas culturais para a juventude como inserida dentro do processo de políticas das minorias e acrescentar mais um questionamento: afinal, como as minorias e, mais especificamente, as juventudes, podem ter voz na contemporaneidade?

Se a cultura é o âmbito por excelência das novas formas de fazer política na sociedade contemporânea, o lugar de visibilidade dessas disputas é a mídia. Para as minorias, o campo midiático, como campo atuante nas esferas de produção, circularidade, consumo e distribuição de bens simbólicos e práticas culturais, pode ser a instância primeira de visibilidade, legitimidade e credibilidade dos seus discursos. SODRÉ afirma que

“A noção contemporânea de minoria (...) refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidos com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social. Por isso, são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberalistas etc.” (SODRÉ, 2005, p.12)

Ainda sob esta perspectiva, acrescenta BARBALHO:

“É a mídia que nos dias de hoje detém o maior poder de dar a voz, de fazer existir socialmente os discursos. Então, ocupá-la torna-se tarefa primordial da política da diferença, dando vazão à luta das minorias no que ela tem de mais radical (no sentido de raiz): poder falar e ser ouvida (BARBALHO, 2005, p. 36)

É uma posição contraproducente pensar a comunicação apenas como um mecanismo de reprodução das dinâmicas de domínio, controle social, consumismo etc. Deve-se pensar a comunicação como um campo possuidor de potencialidades e mediador das dinâmicas de sociabilidade contemporâneas. Nesse sentido a mídia é um espaço de politização da cultura que deve ser disputado, inclusive tornando-a objeto de políticas públicas, e com isso fazendo a intersecção entre as políticas culturais e políticas de comunicação. Essa perspectiva pressupõe a possibilidade de dar voz, fala, às minorias (como no caso das juventudes, pela sua atuação na cultura), ou seja, a



comunicação pensada a partir da perspectiva da transformação, e não apenas da reprodução social. Segundo HOPENHAYN:

“El campo decisivo de lucha en la articulación entre cultura y política se da cada vez más en la industria cultural, y que dicha articulación no se decide tanto en ‘el modo de producción’ como en las ‘condiciones de circulación’. En otras palabras, no es tanto la producción de sentido sino en su circulación donde se juegan proyectos de vida, autoafirmación, de identidades, estéticas y valores. En el campo de la circulación hoy día se desarrolla una lucha tenaz, molecular y reticular por apropiarse de espacios comunicativos a fin de plantear demandas, derechos, visiones de mundo y sensibilidades. En la circulación, mucho más que en la producción, la cultura deviene política” (HOPENHAYN, 2001, p. 72 apud BARBALHO, 2005, p. 37)

É fundamental, portanto, construir mecanismos e/ou processos articuladores entre a esfera pública e os esforços cotidianos (ou as lutas e políticas das minorias). É nesse sentido que as políticas de cultura e comunicação, atuantes como formas de visibilidade social, e através da circularidade, politizam a cultura, negando a tradição liberal e multiculturalista, e atuando a favor do interculturalismo. Segundo BOLÁN

“En concepciones multiculturales se admite la diversidad de culturas, subrayando su diferencia y proponiendo políticas relativistas de respecto, que a veces refuerzan la segregación. En cambio, la interculturalidad remite a la confrontación y el entrelazamiento, a lo que sucede cuando los grupos entran en relaciones de intercambio. Ambos términos implican dos modos de producción de lo social: la multiculturalidad supone la aceptación de lo heterogéneo ; la interculturalidad implica que los diferentes son lo que son en relaciones de negociación, conflicto y prestamos recíprocos” (BÓLAN 2006, p. 98) .

O multiculturalismo reconhece que há diversidade, mas adota uma tradição universalista e liberal de primar pela harmonia e pela de paz, partindo de um utópico “reconhecimento” entre as culturas. O interculturalismo, no entanto, é o território da diferença, é o espaço da negociação e do conflito, visto como tensão produtiva, como conhecimento e reconhecimento do outro, interferência e tensões existenciais. É o território da política das minorias, vistas como vetores de democracia cultural, em contraposição à visão (talvez ainda predominante) de democratização da cultura:

“La democratización de la cultura tenía como objeto una concepción de la cultura muy próxima a la cultura elitista y al patrimonio, de ahí su afán de extensión al conjunto de la sociedad. (...) La democracia cultural, em cambio, al pensar la cultura de una manera amplia, no veía en la difusión de las obras artísticas su razón de ser, sine em el fomento de la creatividad y



el respecto a la común dignidad de las culturas de cada pueblo” (Ibidem, p. 86)

Para que um governo democrático estabeleça uma nova política cultural para a juventude, os gestores de políticas culturais devem, acima de tudo, permitir-se experimentar pensar novas formas de “circularidade, reflexão, diversidade e gratuidade”, pois são “quesitos fundamentais para quem sonha com uma política cultural que favoreça o fortalecimento da sociedade e um estado de direito plural e democrático” (CASTRO, 2006d, p. 1).

Democracia, cultura e juventudes

Ao trazer o tema da cultura e da comunicação para o debate, é sempre necessário pensar de que democracia estamos falando. Ou que tipo de democracia queremos? SODRÉ(2005) nos dá uma pista:

“Na democracia, diz-se, predomina a vontade da maioria. É verdade, mas é um argumento quantitativo. Qualitativamente, democracia é um regime de minorias, porque só no processo democrático a minoria pode se fazer ouvir. Minorias é, aqui, uma voz qualitativa.” (SODRÉ 2005, p.11).

Nesse sentido, quanto mais a resposta estiver próxima de uma democracia de ampliação de possibilidades, combatendo tanto frente às desigualdades sociais e econômicas quanto às restrições de liberdade, tanto mais esta resposta estará próxima de um projeto político de ampliação da intervenção cultural, num território em que as várias culturas não apenas possam se exprimir, mas também de se entrelaçar, estimulando o conhecimento do outro, da experiência da alteridade e da politização da cultura.

Experimentar novas formas de cidadania, de relações de poder contemporâneas, de estar no mundo, de mudar, de construir e destruir relações sociais significa viver a cultura como ela se apresenta atualmente. Pensar políticas culturais quer dizer conviver com constantes conflitos, de vivência e trajetória, experimentando as dúvidas do cotidiano e existindo no plural.

A juventude se mostra no presente. Apresentando suas vulnerabilidades específicas, mas também as potencialidades desta fase de existência humana, em que, na maioria das vezes, são construídos os fundamentos da contestação e dos princípios éticos. Os jovens têm necessidade de participação social, e o fazem, das maneiras mais



diversificadas possíveis, criando e recriando maneiras de interferir nas esferas da vida pública e privada, mudando as certezas, principalmente da cultura e da política.

“Reconhecer a densidade e a complexidade de um tecido social, conformado por uma multiplicidade de coletivos que estão dinamizando dia após dia a sociedade, requer estudar formas organizativas que ‘de baixo’ expõem propostas de gestão e de ação, ainda que elas fujam às formas tradicionais de conceber o exercício político e seus cenários habituais. As questões e rupturas que os jovens expõe, estão aí, com fortalezas e fraquezas, com suas contradições e sua falta de articulação, como expressão que codifica, através de símbolos e linguagens diversas, as esperanças e os medos” (UNESCO 2004, p.46)

Portanto, as juventudes estão aí, ao redor de nossas casas, andando pelas ruas, praticando violências ou educando, através da amizade, dos grupos, do diálogo direto e do companheirismo. Instigar, investigar, questionar, perceber, mobilizar, compreender e atuar em conjunto com estes atores sociais é necessário ao desenvolvimento social. Negá-los, ou tentar silenciá-los, significa caminhar a favor da violência, da desigualdade social, do subdesenvolvimento, da subalternidade e da pobreza.

É preciso compreender as transformações que permeiam a condição juvenil como atitudes de qualificação da vida social dessas juventudes. Quanto mais se compreende esta etapa da existência humana, mais se faz necessário construir políticas públicas transversais, relacionadas com o universo de atuação social dos jovens, na educação, saúde, qualificação profissional e emprego. As políticas de cultura e comunicação, talvez, sejam o melhor caminho para a construção de redes de aproximação entre os jovens e as novas formas de participação cidadã na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: Mana, vol. 7, nº 2, pp. 7-33, 2001.

BARBALHO, Alexandre. **Políticas de cultura, políticas de identidade**. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2001. Minas Gerais: Campo Grande. Anais.

_____. **No ar da diferença. Mídia e cultura nas mãos da juventude**. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2005. Rio de Janeiro. Anais. São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.



_____. **Cultura, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo.** In: BARBALHO, Alexandre e PAIVA, Raquel (orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo, Paulus, 2005.

_____. **Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença.** In: RUBIM, Albino e BARBALHO, Alexandre (orgs.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

BOLÁN, Eduardo Nivón. **La política cultural:** temas problemas y oportunidades. 1ª ed. , México, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes/Fondo Regional para la Cultura y las Artes de la Zona Centro, 2006.

BOTELHO, Isaura. **A política cultural e o plano das idéias.** In: RUBIM, Albino e BARBALHO, Alexandre (orgs.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas:** estrategias para entrar y salir de la modernidad. Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1989.

_____. **Consumidores e cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. **Reconstruir políticas de inclusão na América Latina.** In: Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: Unesco, 2003.

CASTRO, Fábio. **A encenação das identidades na Amazônia contemporânea.** Papers do Laboratório de Sociomorfologia. Belém, UFPA, 2006a.

_____. **Reorganizações identitárias na Amazônia brasileira.** Papers do Laboratório de Sociomorfologia. Belém, UFPA, 2006b.

_____. *Os 10 pecados da política cultural do PSDB no Pará.* Papers do Laboratório de Sociomorfologia. Belém, UFPA, 2006c. Disponível em <http://hupomnemata.blogspot.com/search/label/Pol%C3%ADtica%20cultural>. Acesso em 20 de Março, 2008.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) **Desigualdade Social e Diversidade Cultural na infância e na juventude.** São Paulo. 2006.

FREITAS, Maria Viginia de, PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.) **Políticas Públicas: juventude em pauta.** São Paulo. Cortez. 2003.



PAIVA, Raquel. **Mídia e políticas de minorias**. n: BARBALHO, Alexandre e PAIVA, Raquel (orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005.

PRYSTHON, Ângela. **Negociações na periferia: Mídia e Jovens no Recife**. In: BARBALHO, Alexandre e PAIVA, Raquel (orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo, Paulus, 2005.

RUBIM, A. A. C. **A contemporaneidade como idade mídia**. São Paulo: Interface_ Comunicação, Saúde, Educação. v.4 , n.7, p. 25-36, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Por um conceito de minoria**. In: BARBALHO, Alexandre e PAIVA, Raquel (orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005.

UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: UNESCO, 2003.

_____. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.



ANEXO 1:

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL NOS ESTADOS BRASILEIROS

UF	Analfabetismo ¹	Escolarização adequada ²	Qualidade do ensino ³	Educação	Mortalid. causas Internas ⁴	Mortalid. causas Externas ⁵	Saúde	Renda	Renda familiar per capita ⁶	IDJ
Santa Catarina	0,950	0,660	0,628	0,746	0,740	0,731	0,735	0,537	0,537	0,673
Distrito Federal	0,925	0,693	0,662	0,760	0,528	0,458	0,493	0,703	0,703	0,652
Rio Grande do Sul	0,935	0,580	0,713	0,743	0,639	0,707	0,673	0,523	0,523	0,646
São Paulo	0,945	0,660	0,520	0,708	0,635	0,442	0,538	0,620	0,620	0,622
Paraná	0,920	0,588	0,517	0,675	0,659	0,650	0,655	0,471	0,471	0,600
Minas Gerais	0,885	0,450	0,561	0,632	0,582	0,800	0,691	0,371	0,371	0,565
Goiás	0,890	0,490	0,476	0,619	0,650	0,628	0,639	0,417	0,417	0,558
Rio de Janeiro	0,920	0,585	0,582	0,696	0,546	0,357	0,452	0,523	0,523	0,557
Mato Grosso do Sul	0,900	0,363	0,594	0,619	0,590	0,576	0,583	0,426	0,426	0,543
Mato Grosso	0,870	0,408	0,482	0,586	0,610	0,517	0,564	0,440	0,440	0,530
Espírito Santo	0,840	0,490	0,529	0,620	0,594	0,431	0,513	0,374	0,374	0,502
Rio Grande do Norte	0,520	0,383	0,359	0,420	0,680	0,833	0,757	0,260	0,260	0,479
Tocantins	0,740	0,403	0,326	0,490	0,510	0,697	0,604	0,329	0,329	0,474
Amapá	0,917	0,507	0,377	0,600	0,495	0,467	0,481	0,337	0,337	0,473
Rondônia	0,845	0,235	0,479	0,520	0,613	0,607	0,610	0,287	0,287	0,472
Bahia	0,615	0,278	0,378	0,423	0,593	0,865	0,729	0,237	0,237	0,463
Maranhão	0,520	0,250	0,289	0,353	0,617	0,893	0,755	0,217	0,217	0,442
Ceará	0,530	0,358	0,349	0,412	0,585	0,742	0,663	0,243	0,243	0,440
Pará	0,571	0,260	0,407	0,413	0,507	0,817	0,662	0,238	0,238	0,438
Amazonas	0,621	0,322	0,274	0,406	0,531	0,706	0,619	0,259	0,259	0,428
Sergipe	0,565	0,338	0,372	0,425	0,508	0,670	0,589	0,260	0,260	0,425
Piauí	0,345	0,333	0,436	0,371	0,530	0,838	0,684	0,214	0,214	0,423
Roraima	0,742	0,453	0,341	0,512	0,428	0,371	0,400	0,327	0,327	0,413
Paraíba	0,410	0,218	0,355	0,327	0,520	0,771	0,645	0,214	0,214	0,396
Acre	0,314	0,346	0,314	0,324	0,271	0,700	0,486	0,345	0,345	0,385
Pernambuco	0,540	0,295	0,308	0,381	0,538	0,360	0,449	0,251	0,251	0,361
Alagoas	0,230	0,153	0,309	0,230	0,482	0,660	0,571	0,209	0,209	0,337

Nota 1: Analfabetismo: Para a composição do IDJ foi utilizado o conceito de analfabetismo operacionalizado na PNAD, em que são definidas como alfabetizadas *as pessoas capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem*.

Nota 2: Escolarização adequada: É constituído a partir do número de jovens que freqüentam o ensino médio em diante. Operacionalmente foi definido como a porcentagem de jovens de 15 a 24 anos que freqüentam escola de Ensino Médio ou Superior registrado na PNAD 2001.

Nota 3: Qualidade do ensino: Constituído a partir do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Essa avaliação aplica a cada dois anos provas de Língua Portuguesa e Matemática a amostras representativas de alunos da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio. Para a construção do IDJ, foram selecionadas as séries disponíveis que correspondiam à faixa etária em foco: 8º do ensino fundamental e 3º do ensino médio. Assim, o indicador foi definido como a média estandardizada das escalas de proficiência do SAEB em uma escala variando de 0 a 1.

Nota 4: Mortalidade por causas internas: Refere-se às mortes de jovens por problemas em sua saúde física. Operacionalmente, esse indicador foi trabalhado relacionando o número de óbitos por causas internas em 100.000 jovens de 15 a 24 anos, registrados nas bases de dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

Nota 5: Mortalidade por causas violentas: O indicador foi construído somando-se o número de óbitos por homicídios, por suicídios e por acidentes de transporte registrados em 2000 no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), a cada 100.000 jovens.

Nota 6: Renda familiar per capita: Corresponde ao total de rendimentos mensais obtidos pelo grupo familiar dos jovens de 15 a 24 anos, segundo declarado no levantamento da PNAD 2001, relacionado com o número de membros integrantes do grupo.

FONTE: UNESCO. *Políticas públicas de/para/com juventudes*, Brasília, UNESCO, 2004.